

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS DO IAPMEI

Em cumprimento da Recomendação do Conselho da Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de Julho de 2009, o IAPMEI, enquanto entidade gestora de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, procedeu à elaboração do seu plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas.

De acordo com aquela recomendação e com as orientações do CPC, o plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas deve ser elaborado pelos órgãos dirigentes máximos de cada entidade, devendo ser constituído pelos elementos na mesma identificados, tendo-se adoptado a seguinte estrutura:

I – Identificação dos responsáveis;

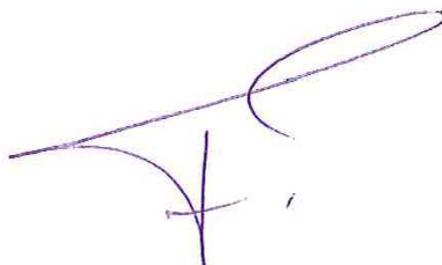
II – Organograma;

III – Identificação das áreas e actividades, dos riscos de corrupção e infracções conexas, das medidas adoptadas, dos mecanismos de controlo interno e dos responsáveis.

IV – Acompanhamento da execução do plano – Elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2009.

O Presidente do Conselho Directivo do IAPMEI



Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas do IAPMEI

I – Identificação dos responsáveis

- Presidente – Luís Filipe Costa
- Vice-Presidente – Pedro Matias
- Vogais – Miguel Cruz; João Neves; Margarida Perdigão
- Secretário-geral – António Branco

Direcções:

- Direcção de Apoio Geral e Relações Externas (DAGRE) – Rui Rodrigues
Departamento(s):
Comunicação e Imagem (DpCI): Elisabete Machado
- Direcção de Planeamento e Estudos (DPE) – Carlos Carneiro Pinto
Departamento(s):
- Direcção de Gestão e Organização de Recursos (DGOR) – Eduardo Augusto
Departamento(s):
Recursos Humanos (DpRH) - António Cardoso Pereira
Financeiro (DpF) – Sónia Pinheiro
Aprovisionamento e Património (DpAP) – Jorge Duque
Sistemas de Informação e Comunicação (DpSIC) – Carlos Castro
Gestão de Participadas (DpGP) – Paulo Figueira
Serviços de Apoio Técnico e Manutenção (DpSATM) – Luís Alves Pereira
- Direcção Jurídica e de Auditoria (DJA)– Ana Abrantes
Departamento(s):
Auditoria Interna (DpAI)– Paula Spínola
- Direcção de Promoção da Inovação (DPI) – Filomena Egreja
Departamento(s):
Eficiência Colectiva (DpEC) – Filomena Egreja
Ferramentas para a Competitividade (DpFC) - Helena Moura
Valorização Económica do Conhecimento (DpVEC) – Cristina Branquinho
- Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos (DGIC)– Pedro Cilínio
Departamento(s): Fiscalização e Controlo (DpFC) – Conceição Castro

- Direcção de Assistência Empresarial (DAE)– Carlos Carapeto

Departamento(s):

Assistência Técnica às Empresas (DAT) – Carlos Alberto Almeida

Promoção de Competências Empresariais (DPC) – Etelevina Nabais

Academia PME – Inês Berlenga

Centro de Desenvolvimento Empresarial do Norte (CDEN) – Fátima Tavares

Centro de Desenvolvimento Empresarial do Centro (CDEC) – José Vale

Centro de Desenvolvimento Empresarial de Lisboa (CDEL) – José Vale

Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo (CDEA) – António Cebola

Centro de Desenvolvimento Empresarial do Algarve (CDEA) – João Rodrigues

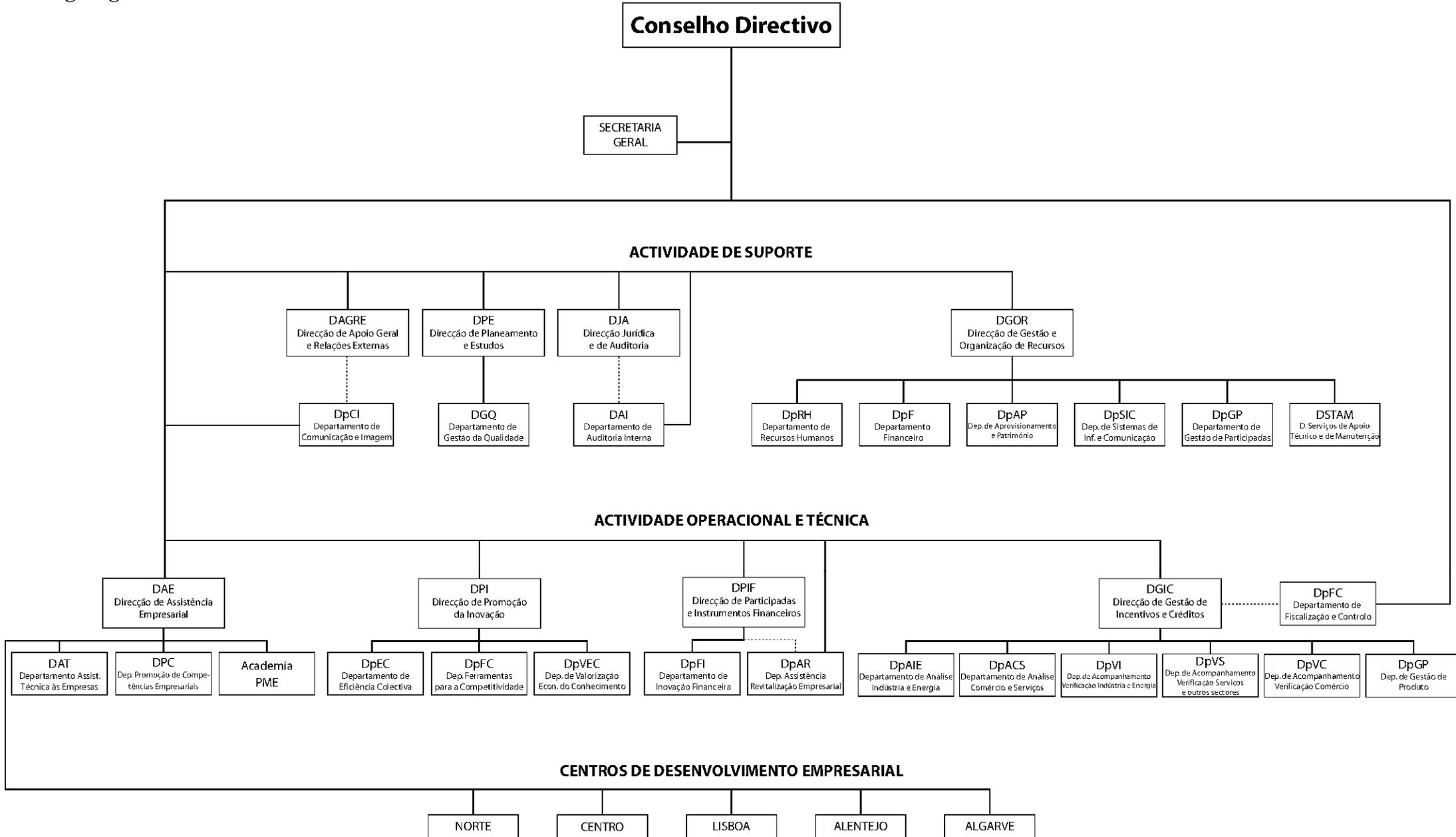
- Direcção de Participadas e Instrumentos Financeiros – André Março

Departamento(s):

Inovação Financeira (DpFI) – Manuel Arsénio

Assistência à Revitalização Empresarial (DpAR) – Luís Santos

II - Organograma



Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DAGRE	DpCI- Departamento de Comunicação e Imagem	Articulação da intervenção do IAPMEI no âmbito das relações internacionais. Actividades de atendimento não presencial e de Comunicação interna e externa	Representação e participação do IAPMEI em reuniões e Fóruns internacionais; Participação em sedes e em sedes internacionais de organizações congéneres Gerir contactos via tecnologias de informação e comunicação Assegurar o Call Center Gerir a imagem pública do IAPMEI Apoiar a organização de eventos Assegurar a assessoria de imprensa	N/ identificados	N/ previstas	N/aplicável	Rui Rodrigues (Director) Elisabete Machado (Chefe de departamento)

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
Direcção de Planeamento e Estudos		Contribuir para a modernização e melhoria da performance da organização, planeando e acompanhando a actividade e efectuando estudos sobre matérias relevantes, designadamente, de suporte à definição de políticas a prosseguir.	Planeamento da actividade; Dinamização de estudos e informação; Gestão da qualidade (implementação, em função da criação do sistema de gestão da qualidade); Provedoria do Cliente; Implementação e supervisão da Certificação de PME; Implementação e acompanhamento do SIADAP	Área de improvável ou reduzido risco de corrupção ou de infracções conexas	Execução do Plano anual de formação; Actualização do manual de procedimentos da DPE; Actualização dos documentos do ciclo de gestão (dependente da participação de outras unidades orgânicas) Articular o planeamento com o novo SIADAP	Sistemas de gestão de documentos de fornecedores e de correspondência; Planeamento, acompanhamento e controlo da actividade; Provedoria do Cliente no site do IAPMEI; Inquérito à satisfação dos utilizadores SIADAP	Carlos Carneiro Pinto (Director)

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR- Direcção de Gestão e Organização de Recursos	DpF	Assegurar o adequado financiamento da actividade do IAPMEI e o cumprimento dos compromissos e direitos financeiros perante terceiros	Recolher, validar e registar a informação contabilística Elaborar relatórios de execução financeira para cumprimento de requisitos internos e externos Elaborar as contas anuais e a conta de gerência Prestar informação a empresas e auditores Prestar informação a entidades externas e da fiscalização (auditores, TC, IGF) Gerir o orçamento do Instituto Gerir as rotinas dos fluxos de tesouraria e respectivas aplicações financeiras Realizar actividades de controlo (reconciliações bancárias e verificação de fundos de maneiio) Controlar o orçamento do Instituto Mobilizar os fundos associados aos sistemas de incentivos Guardar e gerir garantias bancárias	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas pelos mecanismos de controlo interno existentes	Mecanismos de controlo a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão Relatórios trimestrais de execução orçamental e anual do Instituto	Registo de todos os procedimentos de realização de acção no sistema de informação Oracle e SGDF Controlo por parte da IGF ROC Auditores Externos Controlo por parte do TC	Eduardo Augusto (Director da DGOR) Sónia Pinheiro (Chefe de Departamento)

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR- Direcção de Gestão e Organização de Recursos	DpAP- Departamento de Aprovisionamento e Património	Aquisição de produtos e serviços ao menor custo, no menor prazo e com a máxima qualidade e gestão e racionalização do património necessário à actividade do IAPMEI (OS N°24 de 2007)	Assegurar, gerir: -Procedimentos para a aquisição ou locação de bens e serviços; - bens correntes - Comunicações móveis; -Parque automóvel - Gerir o Património; - Gerir o expediente associado; -Gerir o acervo documental.	Área de potencial existência de riscos, embora não detectados, de corrupção e de infracções conexas	Mecanismos de controlo, a vários níveis com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão para: Procedimentos e nomeação de júris; Programas de concurso e de cadernos de encargos; Regra para procedimentos por ajuste directo, no sentido que, sempre que possível sejam consultadas vários fornecedores	- Plataforma de contratação electrónica(VortalGov); - Registo dos procedimentos efectuados com recurso a ajuste directo na Base de dados BASE www.base.gov.pt ; Utilização de SGDF (sistema de Gestão de documentos de Fornecedores - proposta contratos e facturas)	Eduardo Augusto (Director da DGOR) Jorge Manuel Duque(Chefe de Departamento)

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR	DpGP	Apoio à gestão da carteira de participadas, à promoção da racionalização e à definição do quadro orientador de intervenção do IAPMEI	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a definição do quadro orientador da participação do IAPMEI em entidades instrumentarias das políticas prosseguidas pelo IAPMEI. - Gerir e acompanhar a carteira de participações nas vertentes institucional e patrimonial. - Promover a racionalização e selectividade das participações sociais. - Desenvolver o sistema de informação e acompanhamento de participadas. 	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	Segregação de funções no processo de avaliação e decisão (hierarquia de decisão).	<p>GPS - Sistema de Gestão de Participações Sociais.</p> <p>SGDF – Sistema de Gestão de Documentos de Fornecedores.</p> <p>Controlo por parte da Inspeção-geral de Finanças e do Tribunal de Contas.</p>	<p>Eduardo Augusto (Director da DGOR)</p> <p>Carlos Castro (Chefe de Departamento)</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGOR	DPRH	Desenvolver todos os procedimentos relativos à área de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Processamento de remunerações, abonos e encargos - Gestão de processos individuais; - Assiduidade; -Gestão administrativa de benefícios sociais do pessoal; - Acidentes de trabalho; - Gestão administrativa dos RH afectos ao IAPMEI; - SIADAP (2 e 3); - Plano de formação; - Fundo de pensões; - Medicina no trabalho - Balanço Social - Selecção de recrutamento 	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	<ul style="list-style-type: none"> -Mecanismos de controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão - Procedimento e nomeação de júris diferenciados em função da tipologia dos concursos - Gestão do sistema de gestão de assiduidade - Verificação da assiduidade - Envio do relatório anual do SIADAP para a DGAEP; - Envio do relatório anual de formação para a SGMEI - Envio do relatório anual de segurança, saúde e higiene no trabalho para a ACT 	<ul style="list-style-type: none"> -Sistema de gestão da assiduidade por registo biométrico -Bases de dados - SIADAP 2 e 3; -SIOE -Publicitação dos actos que requerem divulgação pública -SGDF -Segregação de funções com decisões a vários níveis 	<p>Eduardo Augusto (Director)</p> <p>António Cardoso Pereira (Chefe de Departamento)</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	
DGOR	DpSIC	Assegurar a estratégia de desenvolvimento dos Sistemas de Informação e Comunicações do IAPMEI, em articulação com a estratégia global do Instituto.	<p>Coordenar o desenvolvimento aplicacional, conjuntamente com as Direcções do Instituto e assegurar a sua manutenção e funcionamento.</p> <p>Gerir a infra-estrutura tecnológica de <i>hardware</i>, <i>software</i> e sistemas de comunicações, assim como prestar assistência especializada nos processos de aquisição de <i>hardware</i>, <i>software</i> e de serviços de consultoria em TIC.</p> <p>Assegurar o apoio aos utilizadores na exploração dos recursos informáticos.</p>	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	<p>Segregação de funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No processo de avaliação e decisão da aquisição (hierarquia de decisão); - No processo administrativo de aquisição conduzido por Departamento de aprovisionamento. - Na execução física e financeira dos contratos 	SGDF – Gestão financeira de propostas, contratos e facturas	

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	
DGOR	DSATM	Garantir a gestão do parque imobiliário patrimonial do IAPMEI, nas vertentes de manutenção, conservação dos imóveis, novas construções e assegurar os serviços de higiene e limpeza e de vigilância e segurança.	Lançamento e acompanhamento de empreitadas de obras públicas e de procedimentos de aquisição de serviços de vigilância e segurança e de higiene e limpeza	Improvável risco de corrupção ou infracções conexas, pelos mecanismos de controlo interno existentes.	Segregação de funções: - No processo de avaliação e decisão da aquisição (hierarquia de decisão); - No processo administrativo de aquisição de bens e serviços conduzido por Departamento de Aprovisionamento - Na execução física e financeira dos contratos	SGDF – Gestão financeira de propostas, contratos e facturas	

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades (passíveis de risco)	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DJA		<p>A Unidade Jurídica tem por missão o apoio jurídico ao Conselho Directivo e a todas as Unidades e Delegações do IAPMEI no desenvolvimento da sua actividade, com vista à realização da missão do instituto, salvaguardando os interesses deste no estrito cumprimento da lei, bem como defender os interesses do instituto em juízo e fora dele.</p>	<p>Recuperação de créditos; Preparação e acompanhamento de procedimentos de aquisição de bens e serviços; Assessoria (elaboração de pareceres e informações jurídicas);</p>	<p>Os riscos possíveis existem de uma forma muito atenuada e podem relacionar-se com tomada de decisões que podem, eventualmente, beneficiar os promotores em incumprimento, privilegiar fornecedores ou influenciar decisões do C.D.</p>	<p>Distribuição aleatória dos processos, segregação de funções e filtragem dos pareceres e informações por parte da Directora.</p> <p>No que respeita à aquisição de bens e serviços, a intervenção desta Unidade queda-se pela assessoria jurídica, nomeadamente pela escolha dos procedimentos mais adequados e cumprimento de prazos</p>	<p>Recuperação de créditos Existem diversos níveis de aprovação dos planos propostos pelos técnicos. A elaboração concreta dos planos pertence à área financeira, bem como o seu encerramento. Aquisição de bens e serviços Propostas elaboradas por diferentes Direcções e com aprovação superior. Assessoria Para além da distribuição aleatória das solicitações (salvo maior especialização), os documentos produzidos têm o filtro da responsável pela Direcção, para além da análise do serviço a que se destinam e ainda pelo C.D. Controlo mais abrangente assegurado por diversos órgãos externos como o Tribunal de Contas, a DGAEP, a Inspeção Geral de Finanças e o Tribunal de Contas Europeu.</p>	<p>Ana Abrantes (Directora)</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DJA	Departamento de Auditoria Interna - DpAI	Verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas e procedimentos internamente definidos	<p>Apoiar a elaboração dos Manuais de Procedimentos das diversas Direcções e Departamentos, para que os requisitos formais e legais que regem o IAPMEI sejam cumpridos;</p> <p>Apoiar a actualização dos Manuais de Procedimentos de controlo dos Sistemas de Incentivos;</p> <p>Verificar o cumprimento das normas no âmbito das auditorias efectuadas;</p> <p>Assegurar a articulação operacional com os órgãos oficiais de inspecção, auditoria, fiscalização e controlo da actividade do IAPMEI;</p>	Acesso a informação de toda a actividade do IAPMEI	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o Sistema de organização da documentação (numeração sequencial) - Publicitação do Regulamento interno da Auditoria - Frequência em acções de formação 	<p>Segregação de funções</p> <p>Existência de Regulamento interno da Auditoria</p>	Paula Spínola (Chefe de Departamento)

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpEC – Dept. de Eficiência Colectiva	<p>Estruturar e implementar acções conducentes à mobilização, concertação estratégica e intervenção qualificada de agregados competitivos, como Pólos de Competitividade e Tecnologia, <i>Clusters</i> e outros, numa lógica de maximização de eficiência colectiva;</p> <p>Dinamizar uma rede de células de “inteligência competitiva”, articuladas com os agregados competitivos, promotoras de actividades de vigilância e prospectiva</p> <p>Participar no processo de dinamização, avaliação e acompanhamento de projectos de eficiência colectiva, assim como dinamizar a articulação em rede dos respectivos agregados.</p>	<p>Participação nos momentos de apreciação de candidaturas às EEC (Estratégias de Eficiência Colectiva) e de apreciação dos projectos âncora apresentados pelas entidades reconhecidas;</p> <p>Desenvolvimento de um processo de articulação entre os agregados constituídos e outras áreas de actuação da DPI, procurando uma aproximação à dinâmica dos mesmos através de iniciativas conjuntas.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de uma actividade emergente, em que todo o processo de decisão e coordenação está centrado no QREN/Programa COMPETE</p>	<p>NA</p>	<p>NA</p>	<p>Filomena Egreja</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpFC – Departamento de Ferramentas para a Competitividade	<p>Desenvolver e difundir ferramentas para a qualificação e sustentabilidade das estratégias empresariais focadas na competitividade, nomeadamente nas áreas de benchmarking, innovation scoring (IS) e responsabilidade social das organizações;</p> <p>Dinamizar actividades de identificação, validação e disseminação de boas práticas de gestão empresarial e de facilitação da actividade empresarial;</p> <p>Desenvolver e implementar iniciativas e sistemas de reconhecimento de mérito e de boas práticas de PME e de entidades da envolvente empresarial, a nível nacional e comunitário</p> <p>Prestar informação sobre o espaço europeu da competitividade e inovação, facilitar a procura de parcerias estratégicas e induzir a participação de empresas portuguesas em iniciativas e em programas europeus de apoio a projectos de I&D+I (EEN);</p> <p>Assegurar a governação da EEN – <i>Enterprise Europe Network</i> em Portugal, em articulação com os serviços da Comissão Europeia</p>	<p>Avaliação global do modelo de BBP e definição de modelo mais eficiente e eficaz;</p> <p>Desenvolvimento de nova plataforma informática BBP e melhoria do site respectivo;</p> <p>Organização de Acções de Imersão BBP e IS e de Encontros da Rede BBP;</p> <p>Coordenador Nacional da Semana Europeia das PME;</p> <p>Promoção e Dinamização dos EEA – European Enterprise Awards;</p> <p>Coordenação intra consórcio EEN e reporte à CE;</p> <p>Implementação e operacionalização do KMS – Knowledge Management System;</p> <p>Dinamização e reforço das acções da Rede EEN: missões empresariais e brokerage events;</p> <p>Consulta às empresas através do EBTP – European Business Test Panel</p>	Não se identificam riscos	<p>Enquanto promotor de acções, assegurar o rigoroso cumprimento da legislação nacional e procedimentos aplicáveis.</p> <p>Enquanto co-promotor do projecto “Enterprise Europe Network”, assegurar o rigoroso cumprimento da legislação nacional e procedimentos aplicáveis e requisitos determinados pela (contas certificadas e outros) Comissão Europeia.</p> <p>Enquanto líder do Consórcio que representa a Enterprise Europe Network em Portugal, assegurar o cumprimento do reporte à Comissão Europeia, nos termos impostos, bem como dar cumprimento a pedidos da CE</p>	<p>Sempre que necessário, recurso a apoio da Direcção Jurídica e da Direcção Financeira.</p> <p>Ao nível da EEN, cumprimento dos procedimentos legais nacionais, cumprimento dos requisitos da Comissão Europeia, com e nomeadamente, certificação de contas por ROC.</p>	<p>Filomena Egreja</p> <p>Helena Moura</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPI – Direcção de Promoção da Inovação	DpVEC – Dinamização da Valorização Económica do Conhecimento	<p>Dinamizar a intervenção das entidades e infra-estruturas tecnológicas de apoio à actividade empresarial, assim como coordenar a intervenção das entidades do Ministério da Economia e Inovação nas infra-estruturas tecnológicas em que detenham participações de capital;</p> <p>Dinamizar processos de valorização de conhecimento disponível no SCT, nomeadamente através de processos de transferência de tecnologia para empresas;</p> <p>Análise e acompanhamento de projectos facilitadores de contacto de PME com entidades do SCT; Acompanhamento de iniciativas indutoras de Transferência de Tecnologia.</p>	<p>Gestão das participações do IAPMEI em entidades tecnológicas.</p> <p>Gestão dos instrumentos de apoio Vale I&DT e Vale Inovação inseridos nos Sistemas de Incentivos do QREN: análise de candidaturas; contratação; acompanhamento técnico e financeiro; pagamentos; divulgação.</p> <p>Desenvolvimento de projectos, estudos ou outras iniciativas relacionadas com as Políticas Públicas orientadas para a inovação e a competitividade: promoção de candidaturas ao SIAC – Sistema de Incentivos às Acções Colectivas do QREN; acompanhamento e reporte no âmbito da Estratégia de Lx e do Plano Tecnológico.</p>	<p>Concessão de benefícios públicos (instrumentos de apoio financeiro a empresas, Vale I&DT e Vale Inovação)</p> <p>Beneficiário de apoios públicos decorrente de candidaturas ao QREN/SIAC</p>	<p>Vários níveis de intervenção no processo de decisão (parecer técnico, proposta de decisão de Coordenador/Chefe Departamento, proposta de decisão do Director, Decisão Conselho Directivo.</p> <p>Segregação de funções de análise de propostas e seu acompanhamento e execução/pagamento.</p> <p>Elaboração e aprovação de Manuais de procedimentos inerentes à função.</p> <p>Auditorias internas e externas das entidades competentes de acompanhamento e controlo de fiscalização.</p> <p>Procedimentos e orientações emanadas pela Autoridade de Gestão do POFC</p>	<p>Auditorias de controlo interno, da responsabilidade de Direcção de Auditoria Interna.</p> <p>Auditorias e inspecções decorrentes do Sistema de Fiscalização e Controlo do QREN (que financia os referidos instrumentos), que podem ser de vários níveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Primeiro nível (departamento de fiscalização e controlo interno no IAPMEI); b) Segundo nível (Autoridades de Gestão dos Programas operacionais) c) Alto nível (Inspeção Geral de Finanças) d) Tribunal de Contas (Nacional e Europeu) e) Serviços de Auditoria da Comissão Europeia <p>Elaboração de Relatórios subjacentes às várias fases de decisão associada aos projectos, sujeitos a análise e aprovação superior na cadeia de decisão.</p> <p>Monitorização da implementação dos instrumentos com base em relatórios periódicos e sustentada no Sistema de Informação de Gestão de Incentivos.</p>	<p>Filomena Egreja</p> <p>Cristina Branquinho</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DGIC		<p>De acordo com a Portaria 538/2007, à Direcção de Gestão de Incentivos e de Créditos compete:</p> <p>a) Conceber sistemas de incentivos relacionados com a promoção da inovação, com a qualificação dos recursos humanos, com o incentivo aos factores de competitividade, nas suas visões empresarial, sectorial e territorial, e com o apoio à envolvente na prossecução daqueles objectivos;</p> <p>b) Coordenar e executar os trabalhos de análise e selecção de projectos de investimento;</p> <p>c) Fiscalizar e acompanhar a aplicação de verbas públicas, de acordo com os normativos nacionais e comunitários;</p> <p>d) Proceder à gestão de créditos associados aos apoios concedidos;</p> <p>e) Definir mecanismos de assistência técnica às empresas e de apoio às mesmas através da aplicação de verbas de reembolsos.</p>	<p>Análise, contratação e acompanhamento de projectos candidatos a incentivos financeiros e benefícios fiscais.</p>	<p>Os riscos identificados no âmbito da actividade decorrem da actividade desenvolvida pelo IAPMEI no âmbito da gestão e atribuição de fundos.</p> <p>Existem dois riscos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ao nível da aprovação e contratação dos apoios - Ao nível do pagamento dos apoios <p>MANUAIS DE PROCEDIMENTOS</p> <p>Sistemas de controlo</p> <p>Auditorias 1º nível</p> <p>Sistema de informação</p> <p>Consola/conta corrente</p>	<p>Neste âmbito têm sido aplicadas um conjunto de medidas que visam eliminar os riscos associados à actividade desenvolvida neste âmbito,</p> <p>nomeadamente:</p> <p>Definição prévia de critérios gerais e abstractos de concessão de benefícios. Todos os esquemas de apoio estão regulamentados através de legislação que estabelece de forma transparente e exacta os critérios de avaliação a ter em conta na concessão dos apoios.</p> <p>Segregação de funções, é assegurada a segregação em várias dimensões, nomeadamente: Ao nível das propostas técnicas com a segregação dos níveis de decisão internos e externos;</p> <p>Ao nível do ciclo de vida do projecto com a segregação de funções entre a análise e aprovação, e o acompanhamento e</p>	<p>As acções a desenvolver deveriam consubstanciar uma actividade relevada no PA do IAPMEI e dessa forma dar origem a um processo de monitorização e acompanhamento natural.</p> <p>Isto sem prejuízo das acções de controlo que o DpFC e o DpAI entendam desenvolver.</p>	Pedro Cilínio

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>execução dos apoios.</p> <p>Funciona no âmbito da DGIC, mas na dependência directa do CD, um Departamento de Fiscalização e Controlo que tem como missão fiscalizar a actividade da DGIC através da realização de auditorias representativas aos projectos geridos;</p> <p>A existência de Manuais de Procedimentos no âmbito da gestão de incentivos, situação que clarifica os procedimentos a adoptar em cada situação.</p> <p>A adopção da Gestão informática dos procedimentos de atribuição de apoios:</p> <p>Utilização dos meios electrónicos para apresentação de candidaturas; gestão das atribuições e acessos aos projectos; gestão dos circuitos de decisão; análise das candidaturas com base em ferramentas definidas pelas AGs, Emissão electrónica do contrato;</p>	
--	--	--	--	--	---	--

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>utilização de formulários electrónicos para pedidos de pagamento e outras formalizações;«.</p> <p>Existência de uma conta corrente online, que permite o acesso aos interessados a informação sobre o estado do processo;</p> <p>Publicitação dos apoios concedidos através da Internet.</p> <p>Medidas a desenvolver:</p> <p>Incluir o registo dos pedidos de elementos no sistema de informação</p> <p>Criar um registo interno acessível à generalidade dos colaboradores do IAPMEI das atribuições dos projectos</p> <p>Criar um registo interno acessível à generalidade dos colaboradores do IAPMEI dos acessos efectuados aos projectos</p> <p>Criar um Guia do Beneficiário dos</p>	
--	--	--	--	--	--	--

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

					<p>apoios, de forma a tornar mais transparentes para os beneficiários, os procedimentos aplicáveis no âmbito da gestão dos processos.</p> <p>Instituir em articulação com as AGs um modelo de relatório de acompanhamento dos projectos, a usar no âmbito das verificações efectuadas aos locais de execução dos projectos.</p>		
--	--	--	--	--	---	--	--

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
	DpFC	<p>Enquanto área segregada face à restante estrutura afecta à gestão de incentivos, compete controlar e fiscalizar a execução dos projectos apoiados contemplando os procedimentos, operações, funções e actividades relacionadas com a gestão operacional e fazer garantir o cumprimento das disposições legais regulamentares aplicáveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo e fiscalização de 1º Nível de Projectos PRIME, MODCOM e QREN - Coordenação e acompanhamento das acções de Controlo e fiscalização de 2º e alto nível - Pivot em sede de Gestão de Devedores e Comunicação de Irregularidades 	<p>Área de (im)provável risco de corrupção e de infracções conexas, apenas passíveis, que não detectadas, mediante mecanismos de controlo interno ao nível de uma hipotética discricioniedade no que troca ao tratamento dos processos</p>	<p>Mecanismos de Controlo, a vários níveis, com segregação de funções, com diferentes níveis de avaliação e decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segregação de funções face à restante estrutura afecta à gestão de incentivos; - Acompanhamento e monitorização contínua na execução das tarefas e actividades - Uniformização e consolidação da informação - Registo dos documentos entrados e saídos na aplicação DpFC - Cabimentação e autorização das adjudicações de auditorias cumprindo as regras da Contratação Pública, com diferentes níveis de decisão - Dossiers técnicos relativos a todos os projectos auditados - Definição dos lotes das empresas a auditar externamente e de forma aleatória - Cumprimento integral do Manual de Fiscalização - Distribuição técnica de processos de forma aleatória 	<ul style="list-style-type: none"> - Manual de Fiscalização - Manual da Aplicação Informática DpFC - Manual de Classificação de Anomalias - Manual de Procedimentos Administrativos 	<p>Conceição Castro (Chefe de Departamento)</p>

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade orgânica	Subunidade orgânica	Missão (DAE)	Principais actividades da subunidade orgânica	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DAE	DAT	Assistir as PME na elaboração e execução de estratégias empresariais de crescimento qualificado, apoiando a melhoria das suas capacidades estratégicas, promovendo o desenvolvimento de competências organizacionais e a transferência de conhecimento e boas práticas através da linha de produtos e serviços do IAPMEI	Coordenação das visitas individuais em empresa no âmbito do Serviço de Assistência Empresarial	Risco de oferta de prendas de valor simbólico. Risco de oferta de almoços e jantares no decurso do contacto directo com os empresários. Risco de oferta de propostas de trabalho para familiares ou pessoas próximas.	Elaboração de um código de conduta ética para o IAPMEI.	Realização de reuniões periódicas sobre a discussão dos riscos de corrupção e comportamento ético.	Carlos Alberto Almeida
	DPC		Apoio na realização auto-diagnósticos nas empresas				Etelvina Nabais
	Academia de PME		Realização de estudos sobre competências empresariais				Inês Berlenga
	CEE Norte		Organização e gestão de acções de formação				Fátima Tavares
			Realização de workshops				
	CDE Lisboa		Organização de eventos				José Vale
			Visitas a empresas				
CDE Alentejo	Atendimento personalizado	António Cebola					
	Difusão electrónica de informação relevante						
CDE Algarve	Intermediação com centros de conhecimento	João Rodrigues					
	Facilitação junto de entidades publicas						

Plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

Unidade Orgânica	Subunidade Orgânica	Missão	Principais actividades	Riscos identificados	Medidas adoptadas	Mecanismos de controlo interno e monitorização	Identificação dos responsáveis
DPIF	<p>Departamento de Inovação Financeira</p> <p>Departamento de Assistência à Revitalização Empresarial.</p>	<p>Facilitar o acesso das empresas e empreendedores ao financiamento, através do desenvolvimento (no âmbito do Programa INOFIN) de soluções de financiamento optimizadas de custo e prazo, adequadas à concretização dos seus projectos de investimento</p> <p>Facilitar a reestruturação empresarial e conciliação de credores, prestando informação e aconselhamento sobre soluções adequadas e intervindo na negociação, acompanhamento e monitorização de processos em articulação com os principais credores públicos e outras entidades designadamente em sede de processo judicial.</p>	<p>Implementar e facilitar o acesso a novas soluções de financiamento para PME, suportadas em instrumentos de partilha de risco.</p> <p>Promover o empreendedorismo através da animação de redes de parceria, para a dinamização do espírito empreendedor e a valorização económica do conhecimento através de mecanismos de assistência à implementação e desenvolvimento de novos projectos empresariais;</p> <p>Divulgação de boas práticas empresariais e de casos de sucesso e assegurar a distinção pública de empresas rumo á excelência</p> <p>Apoiar a Reestruturação de Empresas, na operacionalização de processos de viabilização envolvendo apoios de natureza financeira e a Conciliação de Credores, com pareceres de viabilidade económica e financeira no âmbito do PEC e em processos em sede de processo judicial (CIRE).</p>	<p>Verificação de dos procedimentos:</p> <p>Na selecção e contratação de serviços</p> <p>Execução contratual</p> <p>Condições de efectivação de pagamentos</p>	<p>Garantir internamente a boa execução em articulação com as áreas com atribuições específicas de controlo do IAPMEI</p>	<p>Propostas validadas por de acordo com os procedimentos estabelecidos, pelos responsáveis dirigentes da DPIF</p>	<p>André Março</p> <p>Manuel Arsénio</p> <p>Luís Santos</p>